

BOLETIM SINTUNESP – 25/9/2014

Depois de uma greve forte e vitoriosa, nenhuma intimidação!

Qualquer ameaça deve ser informada imediatamente ao Sintunesp

Terminada nossa greve – a mais longa da história da Universidade, vitoriosa por romper a intransigência dos reitores – é hora de acompanhar de perto todo o trâmite que envolve o retorno ao trabalho. Conforme indicativo do Fórum das Seis e do Sintunesp, os servidores retomaram às atividades no dia 22/9.

Conforme reunião mantida pelo Sintunesp com a reitora em exercício, professora Marilza Vieira Cunha Rudge, no dia 18/9, **NÃO DEVE HAVER NENHUMA PUNIÇÃO OU INTIMIDAÇÃO** aos trabalhadores que participaram do movimento. A reposição deve ser do trabalho acumulado e não de horas ou dias parados.

Fique atento. Qualquer ameaça ou tentativa de intimidação, por parte de direções de unidades ou chefias, deve ser relatada imediatamente aos representantes do Sintunesp no campus ou por e-mail (sintunesp@uol.com.br). O Sindicato já recebeu alguns relatos neste sentido e os está acompanhando de perto, para que sejam tomadas as providências necessárias.

A greve é um direito dos trabalhadores, que deve ser respeitado por todos. O Sintunesp orienta: os servidores não devem aceitar qualquer tipo de pressão ou repressão. Se houver, boca no trombone.

.....

Orçamento, terceirização, campi experimentais...

Pauta do último CADE envolveu questões importantes

Os representantes do Chapão Sintunesp/Associações participaram ativamente da última reunião do Conselho de Administração e Desenvolvimento (CADE), no dia 17/9/2014. Eles elaboraram um relato sobre os principais pontos discutidos, de modo a orientar a redação deste boletim. De acordo com os representantes, os itens mais importantes foram:

Orçamento 2015

Como a peça orçamentária da Unesp para 2015 deve ser discutida na próxima reunião do CADE, houve uma ampla discussão sobre a necessidade de que ela seja presencial e não por videoconferência. O pró-reitor de Administração, professor Carlos Antonio Gamero, concordou com a observação e sugeriu que seja presencial.

Vários membros se manifestaram, especialmente os que compõem a Comissão de Orçamento, sugerindo que houvesse uma precaução maior com o agendamento desta reunião, devido à importância do assunto. Eles propuseram que a reunião fosse agendada em uma data mais adiante, para que a Comissão pudesse se reunir e apresentar um trabalho bem estruturado, em razão do momento crítico de crise financeira que atravessamos. Além disso, se necessário, que fossem agendadas reuniões extraordinárias de CADE e do CO para aprovação dessa peça orçamentária. Após a discussão, ficou entendido que haverá uma reunião da Comissão de Orçamento na véspera da próxima reunião do CADE (que deverá ser presencial) e que esta será suficiente para bem elaborar o orçamento para 2015.

Para os representantes dos servidores, o ponto positivo desta discussão foi que o assessor da APE, Rogério Bucceli, admitiu que, talvez pela primeira vez, esta comissão irá realmente compor o orçamento. O comentário deixou dúvidas no ar: Como era antes? Quem elaborava o orçamento? Quem impedia a elaboração da peça orçamentária pela comissão à qual compete realizar esse trabalho?

Em resposta à sugestão dos representantes, de que a Comissão de Orçamento tenha um papel mais ativo e sistemático no acompanhamento da peça orçamentária no decorrer do ano, o professor Gamero sugeriu que ela se reúna a cada três meses, para detectar pontos positivos e negativos.

Um membro docente do CADE solicitou que fosse divulgado o impacto financeiro com as propostas de reajuste/abono e vale alimentação oferecidas nas últimas negociações. O assessor da APE informou que o impacto de todas estas medidas leva o comprometimento com folha de pagamento para cerca de 95%. Disse, ainda, que a previsão de arrecadação do ICMS em 2014 é de R\$ 89,5 bilhões.

Ainda sobre a questão das propostas feitas por conta da greve, o professor Gamero disse que o impasse sobre a data de pagamento do abono (se somente após o retorno às atividades ou logo após o encerramento do acordo) estava sanado. Ele informou que a folha adicional para o pagamento do abono já estava pronta e que, sendo definido o final da greve, os valores seriam empenhados.

(Obs: Isso de fato ocorreu. Posteriormente, no dia 18/9, Adunesp e Sintunesp reuniram-se com a reitoria e, nas assembleias que se seguiram no dia 19/9, o acordo foi aceito.).

Quadro administrativo nas unidades experimentais

Os representantes dos servidores cobraram a aplicação do atual quadro administrativo das unidades consolidadas às unidades experimentais. Essa medida havia sido aprovada na reunião do CADE de fevereiro/2014.

Rogério Bucceli informou que o custo com novas GR's traria um grande impacto econômico à Universidade e que, neste momento, não há como implantar agora o que foi aprovado. Segundo ele, atualmente o custo com as gratificações das unidades experimentais anualmente é de R\$ 450.000,00. Com a nova estrutura administrativa, passaria para cerca de R\$ 1 milhão.

Terceirizações e fundações

Houve uma ampla discussão sobre o item 1 da pauta, que tratava das terceirizações e contratações via fundações, tema que foi incluído por sugestão dos representantes dos servidores.

Eles lembraram que a Unesp é referência para a sociedade na formação de grandes intelectuais e profissionais de alto nível, mas que, em vez de repor seus sub quadros de servidores efetivos, está optando por terceirizá-los. Sendo assim, a Unesp está caminhando para ser referência na exploração de mão de obra mal remunerada. As empresas contratadas que prestam serviços na Universidade pagam baixos salários a estes trabalhadores, os quais mal dão conta de pagar suas contas básicas necessárias, sem contar que algumas vezes recebem seus pagamentos e benefícios com atraso.

A alegação corrente de que estes são os salários praticados no mercado de trabalho externo à Unesp, não se sustenta. Ou será que, se o mercado de trabalho externo à Unesp voltasse a praticar horrores, como a escravidão em nosso país, a Unesp também praticaria? A Unesp, por ser uma Universidade, não pode defender e praticar o princípio de reduzir ou extinguir qualquer desigualdade social.

Em relação às contratações via fundações, de funções previstas no sub quadro da Universidade, com salários e benefícios diferenciados, os representantes perguntaram: Qual montante é investido com pessoal que exerce funções dentro da Universidade custeados pelas fundações. Qual orçamento é usado para tal fim?

Este debate suscitou várias falas durante a reunião do CADE. Os representantes dos servidores enfatizaram que não se trata de ser contra os terceirizados ou de discriminá-los, mas sim de ser contra a política de terceirização, que significa uma mal disfarçada privatização do serviço público. O correto é que estas pessoas sejam todas contratadas pela Universidade, por meio de concurso público, e que façam jus a todos os direitos do quadro regular da instituição.

Alguns membros docentes opinaram que a terceirização é “algo natural e não tão negativo”. Outros, no entanto, concordaram com a crítica.

Em relação às contratações via fundação, o professor Gamero trouxe um dado importante e preocupante. Ele informou que a presidente Dilma Rousseff sancionou a Lei nº 13.019, que trata sobre este tema em específico. Em resumo, a lei proíbe o repasse de recursos do estado para fundações. Ou seja, as contratações via fundação precisarão ser revistas. Considerando que temos um extenso quadro de contratações

por fundações na Unesp, o fato é bem preocupante. Trata-se de um dado novo, que mostra o quão correta foi e continua sendo a defesa historicamente feita pelo Sintunesp e pelos representantes do Chapão, de que todas as contratações sejam feitas da mesma forma: **no quadro da Universidade, por concurso público.**

Houve consenso entre os membros do CADE de que essa discussão precisa ser ampliada e que deverá ser pauta de novas reuniões. Foi solicitado que o tema seja encaminhado para o Grupo de Trabalho que estuda a gestão administrativa da Universidade, recentemente aprovado no CO e composto por membros do CADE. Quando houver um aprofundamento das discussões por este grupo e uma melhor divulgação de materiais que tratem do tema aos membros do CADE, o assunto será novamente pautado em uma reunião do CADE.

Outros pontos

ASDIP's: O professor Gameiro abordou brevemente a situação dos Assistentes de Suporte Acadêmico das Bibliotecas, antigos ASDIP's. Ele disse que o assunto é eminente e que, em breve, deverá ser discutido.

Cursos: Os representantes dos servidores cobraram uma solicitação feita anteriormente, de que haja um levantamento dos cursos que já foram ministrados aos servidores e os que poderiam ocorrer. Embora esta informação tenha sido solicitada ao CRH, nenhuma resposta foi dada até o momento.

Presença do ouvidor: Outra proposta feita em reuniões anteriores e não encaminhada ainda foi a presença do ouvidor no CADE, para explicar como funciona a ouvidoria da Unesp. O professor Gamero disse que vai fazer isso para uma próxima reunião do colegiado que seja presencial.

Comissão de Transporte: Os representantes solicitaram que tal comissão, que é citada na Portaria nº 60, e a padronização das seções de transporte da Unesp, não caiam no esquecimento.